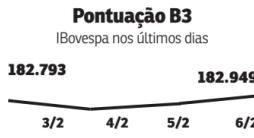
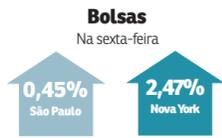




7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 7 de fevereiro de 2026



Na sexta-feira
R\$ 5,220
(-0,63%)

Dólar

Últimos	
2/fevereiro	5,257
3/fevereiro	5,250
4/fevereiro	5,249
5/fevereiro	5,253

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R\$ 6,169

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,86%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33

CASO MASTER

BRB tem 180 dias para implementar plano

Dirigentes do banco público deixaram a reunião otimistas com a reação do BC ao documento, que prevê ações preventivas de recomposição de capital, entre as quais está a venda de carteiras do Master, liquidado em novembro do ano passado

» VANILSON OLIVEIRA
» MILA FERREIRA

Minervino Júnior



Nelson de Souza, que foi pessoalmente ao BC para entregar o documento ao diretor de Regulação, Gilneu Vivan, saiu otimista da reunião

O presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, entregou ontem ao Banco Central (BC) o Plano de Capital da instituição, elaborado após as operações realizadas com o Banco Master, alvo de investigações sobre supostas irregularidades bilionárias envolvendo empréstimos consignados e outras operações financeiras.

Segundo o BRB, o Plano de Capital apresentado à autoridade monetária reúne um conjunto de ações preventivas de recomposição de capital, a serem implementadas ao longo dos próximos 180 dias, caso seja comprovada a necessidade de aporte financeiro. Em nota, o banco ressaltou que eventuais valores só poderão ser definidos após a conclusão das investigações em andamento. O documento foi entregue ao diretor de Regulação, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, e ao secretário-executivo do Banco Central, Rogério Antônio Lucca.

Após a reunião, Nelson de Souza conversou com o **Correio**. Ele ressaltou que a reunião foi "muito boa e pragmática". De acordo com o presidente do BRB, entre as alternativas previstas no plano estão empréstimos junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e empréstimos com consórcios de bancos. "Se precisar colocar o capital, o controlador do banco, que é o Governo do Distrito Federal, pode tomar empréstimo", afirmou, ressaltando que o plano é uma estratégia de provisão.

Souza contou que a diretoria realizou três apresentações: Uma contendo o plano de atividades; outra com o plano de capital e a tereceria mostrando "propostas firmes" de três bancos nacionais e um internacional, com interesse nos ativos.

Além dos empréstimos com FGC e consórcio de bancos, foram colocados na mesa também a possibilidade de estruturação de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) com ativos imobiliários do GDF e solução de mercado, que consiste na venda de carteiras do Master. As medidas ainda dependem de aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

De acordo com fontes presentes na reunião no Banco Central, a apresentação do Plano de Capital foi recebida de forma positiva tanto pela autoridade monetária quanto por agentes do mercado financeiro. Segundo esses relatos, há uma expectativa positiva entre grandes players do sistema financeiro de que a atual gestão do BRB conseguiu estancar o processo de perda de credibilidade vivido pelo banco e recolocá-lo em rota de recuperação.

Fontes ouvidas pelo **Correio** afirmaram ainda que o próprio Banco Central demonstrou confiança no cumprimento das metas apresentadas e no direcionamento adotado pela nova diretoria, avaliando que o banco passou a operar dentro de parâmetros considerados mais consistentes do ponto de vista prudencial. Ainda segundo essas fontes, alguns bancos e instituições financeiras já manifestaram oficialmente interesse em analisar os ativos adquiridos do Banco Master, sendo

que parte deles estaria disposta, inclusive, a apresentar propostas concretas de compra.

Outro ponto importante adotado pelo BRB é a revisão ampla de contratos, a redução de gastos administrativos e um pente-fino em despesas com patrocínios e publicidade, firmados a partir deste ano. A orientação interna, segundo interlocutores, é priorizar investimentos com vínculo direto com Brasília e o Distrito Federal, preservando projetos considerados estratégicos para a imagem institucional do banco, como os patrocínios esportivos de atletas e times do Distrito Federal. "O BRB só deve manter os patrocínios que estejam ligados diretamente ao Distrito Federal", afirmou o interlocutor.

A exigência do plano está relacionada às operações realizadas entre 2024 e 2025, período em que o BRB transferiu aproximadamente R\$ 16,7 bilhões ao Banco Master. Parte significativa desse montante, cerca de R\$ 12 bilhões, teria sido

destinada à aquisição de carteiras de crédito consideradas de baixa qualidade e sem garantias financeiras adequadas.

Investigação

Apurações conduzidas pelo Banco Central indicaram que esses mesmos ativos haviam sido adquiridos anteriormente pelo Banco Master de outra instituição por menos da metade do valor posteriormente pago pelo banco brasileiro. Além disso, foi constatado que a compra original dessas carteiras não teria sido integralmente quitada, embora o Master tenha recebido os recursos à vista na revenda ao BRB.

Essas inconsistências contribuíram para o enfraquecimento do balanço patrimonial do banco público e motivaram a atuação mais rigorosa do órgão regulador. O Banco Master acabou sendo liquidado pelo Banco Central em novembro, após a constatação de uma grave crise de liquidez e da

incapacidade de honrar compromissos com clientes e investidores.

Antes da reunião no Banco Central, Nelson Antônio de Souza explicou ao **Correio** que o plano entregue à autoridade monetária tem caráter preventivo e visa assegurar previsibilidade ao mercado. "É um plano de provisão. O plano dá solidez ao banco junto ao mercado. Mas, se conseguirmos vender os ativos adquiridos do Banco Master, não precisaremos do aporte", explicou.

Nelson disse que já existem negociações em andamento para a venda dos ativos. "Já temos algumas propostas na mesa", afirmou. Segundo ele, a mobilização da atual gestão tem surtido efeito. "Todo o mercado financeiro tem trabalhado com o banco", garantiu.

De acordo com pessoas que acompanharam a reunião no Banco Central, a apresentação do Plano de Capital foi recebida de forma positiva tanto pela autoridade monetária quanto por agentes do mercado financeiro. Segundo esses

Opções apresentadas

- 1) Empréstimo consórcio de bancos
- 2) Empréstimo FGC
- 3) Estruturação de fundo FII com ativos imobiliários do GDF
- 4) Vendas das carteiras do Master a outros bancos

relatos, há uma percepção disseminada entre grandes players do sistema financeiro de que a atual gestão do BRB conseguiu estancar o processo de perda de credibilidade vivido pelo banco e recolocá-lo em rota de recuperação.

Fontes ouvidas em caráter reservado afirmam que o próprio Banco Central demonstrou confiança no cumprimento das metas apresentadas e no direcionamento adotado pela nova diretoria, avaliando que o banco passou a operar dentro de parâmetros considerados mais consistentes do ponto de vista prudencial.

Ainda segundo essas fontes, alguns bancos e instituições financeiras já manifestaram oficialmente interesse em analisar os ativos adquiridos do Banco Master, sendo que parte deles estaria disposta, inclusive, a apresentar propostas concretas de compra.

Esse movimento, aliado às medidas de austeridade determinadas pela presidência do BRB — como a revisão ampla de contratos, a redução de gastos administrativos e um pente-fino em despesas com patrocínios e publicidade — tem contribuído para a retomada gradual da confiança do mercado. A orientação interna, relatam interlocutores, é priorizar investimentos com vínculo direto com Brasília e o Distrito Federal, preservando projetos considerados estratégicos para a imagem institucional do banco, enquanto despesas sem retorno claro passam por reavaliação.

O GDF detém 71,92% do capital do BRB e tem destacado que o Distrito Federal possui um patrimônio imobiliário estimado em mais de R\$ 200 bilhões, o que garantiria margem para eventuais operações de apoio financeiro, caso sejam necessárias.

Previdência do Amapá na mira

» RAFAELA GONÇALVES

A Polícia Federal (PF) realizou, ontem, quatro mandados de busca e apreensão em Macapá como parte de uma operação que investiga supostas irregularidades na aplicação de recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Amapá (RPPS/AP).

A operação foi autorizada pela 4ª Vara da Justiça Federal. A investigação apura a aplicação de R\$ 400 milhões em Letras Financeiras (LFs) emitidas pelo Banco Master, uma operação considerada de alto risco, afetando diretamente quem havia aplicado recursos na instituição.

Entre os alvos da operação

estão o diretor-presidente da Amprev (Amapá Previdência), Jocildo Silva Lemos, e dois membros do comitê de investimentos da entidade. Segundo a investigação, os três teriam votado favoravelmente à aplicação de recursos em Letras Financeiras do Master durante três reuniões realizadas em julho de 2024. Eles são suspeitos de envolvimento em crimes de gestão temerária e gestão fraudulenta, em um esquema que pode ter colocado em risco milhões do patrimônio.

Vinculada ao governo do Estado do Amapá, a Amprev é responsável pela gestão dos recursos que asseguram o pagamento das

aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais, atendendo atualmente cerca de 4.704 beneficiários entre aposentados e pensionistas. Esse papel amplia a relevância das decisões de investimento, bem como do nível de transparência e controle adotado pelo órgão na administração do patrimônio previdenciário.

Especialistas avaliam que eventuais perdas nos recursos aplicados no Banco Master devem produzir efeitos sobretudo no médio e no longo prazo. Um prejuízo, ainda que parcial, pode desequilibrar o cálculo atuarial do fundo previdenciário, pressionando as finanças do estado.

"O risco para aposentadorias

e pensões não é necessariamente imediato, mas pode afetar o equilíbrio de longo prazo do plano, exigindo aportes adicionais do ente federativo para recompor o déficit", destaca Renan de Araújo Xisto, head da área de Contratos e Societário do Paschoini Advogados.

O caso da Amprev reflete um movimento mais amplo. Desde 2024, fundos de previdência estaduais e municipais vêm sendo investigados por aplicações em instituições privadas financeiramente frágeis. O Banco Master passou a ser foco dessas apurações após operações com carteiras de crédito sem garantias claras e inconsistências nos valores.

Divulgação/PF



PF informou que o material apreendido poderá subsidiar as investigações